

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 0009/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0011/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2025**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS, com sede na Avenida Arli Catarina, nº 671 – Miguel Patrício dos Prazeres – Santa Maria do Suaçuí/MG - CEP: 39.780-000 - TEL: (33) 9 8832-5767, inscrito no CNPJ nº. 00.794.962/0001-60, através da Presidente, Sr^a. Sabrina Mesquita Lima, torna público que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO**, visando o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, com ênfase na realização de coleta de material biológico, sem a realização de análise laboratorial, destinada à execução de procedimentos de biópsia, visando ao atendimento da demanda dos entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS, durante o período de 18/09/2025 a 18/09/2026, no site www.licitardigital.com.br, de forma exclusiva pelo método eletrônico. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS, através do endereço eletrônico www.cisvas.com.br, na Plataforma de Licitações Licitard Digital através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e através do endereço eletrônico de e-mail licitacaocisvas@gmail.com.

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, com ênfase na realização de coleta de material biológico, sem a realização de análise laboratorial, destinada à execução de procedimentos de biópsia, visando ao atendimento da demanda dos entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

Período de Credenciamento: 18/09/2025 a 18/09/2026.

Local de Credenciamento: O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá exclusivamente no formato eletrônico através da Plataforma de Licitações Licitard Digital – www.licitardigital.com.br.

Tipo de Credenciamento: Aberto

Legislação Aplicável: Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, II, e, Decreto Federal nº 11.878/2024.

Informações: Plataforma de Licitações Licitard Digital – www.licitardigital.com.br - E-mail: licitacaocisvas@gmail.com.

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 0009/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0011/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2025**

1. PREÂMBULO

1.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS, com sede na Avenida Arli Catarina, nº 671 – Miguel Patrício dos Prazeres – Santa Maria do Suaçuí/MG - CEP: 39.780-000 - TEL: (33) 9 8832-5767, inscrito no CNPJ nº. 00.794.962/0001-60, através da Presidente, Srª. Sabrina Mesquita Lima, torna público que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO**, visando o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, com ênfase na realização de coleta de material biológico, sem a realização de análise laboratorial, destinada à execução de procedimentos de biópsia, visando ao atendimento da demanda dos entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

1.2. Os interessados deverão encaminhar proposta de preço, bem como documentos e certidões para habilitação.

1.3. **O prazo de início do período de credenciamento eletrônico ocorrerá na data de 18/09/2025 e permanecerá aberto pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis mediante a republicação do edital, desde que justificado e observado o interesse desta Autarquia Pública.**

1.4. O credenciamento será realizado de forma exclusiva pelo método eletrônico realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital www.licitardigital.com.br, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, II, Decreto Federal nº 11.878/2024 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.5. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. Tobias Felício Leite, Agente de Contratação, juntamente da Comissão de Contratação, designados pela Portaria nº 003/2025, de 01 de setembro de 2025, anexado aos autos deste procedimento.

1.6. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS, através do endereço eletrônico www.cisvas.com.br, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e através do endereço eletrônico de e-mail licitacaocisvas@gmail.com, a partir da data de sua publicação.

1.7. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como: Errata, adendo, suspensão ou revogação, será publicado conforme prevê o Art. 54 da Lei Federal nº 14.133/21, e, poderá ser consultada pelos pretensos licitantes no site do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS, através do endereço eletrônico www.cisvas.com.br, na Plataforma de Licitações Licitar Digital através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e através do endereço eletrônico de e-mail licitacaocisvas@gmail.com.

1.8. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. DA PUBLICAÇÃO

2.1. O presente chamamento será amplamente divulgado e estará aberto aos interessados para realização das inscrições ao credenciamento a partir da Publicação do Aviso do Chamamento Público, conforme prevê o Art. 54 da Lei Federal nº 14.133/21.

3. DO OBJETO E DAS DEFINIÇÕES

3.1. Constitui objeto do presente processo licitatório o: **“Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, com ênfase na realização de coleta de material biológico, sem a realização de análise laboratorial, destinada à execução de procedimentos de biópsia, visando ao atendimento da demanda dos entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS”**.

3.2. O CISVAS - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí, na qualidade de gerenciador, contratará os serviços e prestará aos Municípios Consorciados, que aportarão os recursos necessários por meio de repasses ao Consórcio, cabendo ao CISVAS toda a gestão administrativa, financeira e operacional do contrato.

3.3. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

3.4. O critério de seleção é o previsto no art. 79, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação.

3.5. A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

4.1. Este edital terá vigência pelo período de 12 (meses), contados da data de publicação do aviso de abertura, podendo ser prorrogado automaticamente, por igual e sucessivo períodos.

4.1.1. Para a republicação deverá ser revistos as normas estabelecidas, considerando seu último ano de vigência, especialmente quanto aos preços praticados no mercado.

4.2. Enquanto estiver vigente o Edital, será permitido o credenciamento de novos interessados a qualquer tempo, desde que preenchidas as condições ora exigidas.

5. DA FINALIDADE

5.1. O presente credenciamento eletrônico tem por finalidade atender a demanda dos municípios pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS, citados abaixo de forma exclusiva e excepcional, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, restringindo-se as especialidades relacionadas nos anexos.

5.2. Os Municípios pertencentes ao Consórcio são: Água Boa/MG, Frei Lagonegro/MG, José Raydan/MG, Peçanha/MG, Santa Maria do Suaçuí/MG, São João Evangelista/MG e São Sebastião do Maranhão/MG.

6. DA FORMA DE ATENDIMENTO

6.1. O credenciado deverá atender os pacientes encaminhados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS, por meio das Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, oferecendo serviços na área da saúde, especificamente a coleta de material biológico, sem a realização de análise laboratorial, destinada à execução de procedimentos de biópsia, conforme especificações constantes

nos anexos deste edital. O atendimento destina-se exclusivamente aos usuários da rede pública municipal de saúde dos municípios participantes do Consórcio.

6.2. Os atendimentos deverão ser realizados nas dependências da empresa credenciada, seja em unidade própria de coleta, seja em posto de coleta devidamente instalado e regularizado, desde que o local atenda integralmente às normas sanitárias, técnicas e regulatórias vigentes, e possua estrutura física, técnica e funcional compatível com a prestação dos serviços contratados.

6.3. A prestação dos serviços ocorrerá mediante apresentação de Guia de Encaminhamento, expedida individualmente pelo CISVAS e/ou pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada do respectivo pedido médico, contendo a indicação da coleta de material biológico para biópsia.

7. DO VALOR DOS SERVIÇOS PRESTADOS

7.1. Os valores dos serviços objeto deste credenciamento estão estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I, que é parte integrante do presente Edital.

8. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada em conformidade com o especificado no Termo de Referência – Anexo I, que é parte integrante do presente Edital.

9. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

9.1. Poderão participar do presente credenciamento eletrônico pessoas Jurídicas legalmente constituídas e habilitadas, com regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de indignidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital de Credenciamento, aceitando as normas estabelecidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

9.1.1. É de responsabilidade exclusiva e integral da pessoa jurídica credenciada a utilização de pessoal para execução do objeto da contratação, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONSÓRCIO.

9.1.2. É vedada participação de Pessoa Jurídica na qual, dentre seus dirigentes responsáveis técnicos ou legais, bem como dentre eventuais subcontratados, fique ocupante de cargo ou de emprego público na Administração direta ou indireta do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

9.2. Os participantes deverão primeiramente se inscrever na plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico no endereço: www.licitardigital.com.br, dentro da opção: Adesão - Adesão fornecedor. Cadastrada senha de acesso, será liberado o acesso à área logada. O participante deverá, após selecionar o edital enviar a documentação necessária, informar o quantitativo disponível e solicitar a participação no credenciamento. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitard Digital, através do (31) 3191-0707 (Tel + WhatsApp) e e-mail: contato@licitardigital.com.br.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

10.1. Para fins de habilitação e credenciamento, visando a posterior contratação de que trata este processo, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

a) Habilitação jurídica;

- b) Regularidade fiscal e trabalhista;
- c) Qualificação econômico-financeira;
- d) Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

10.2. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

(Conforme Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21)

- 10.2.1. Registro comercial no caso de firma individual;
- 10.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- 10.2.3. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- 10.2.4. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF e da Cédula de Identidade do representante legal da empresa e/ou documento equivalente: Carteira Nacional de Habilitação – CNH; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; Passaporte; Carteira de Identidade Nacional – CIN.
- 10.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

(Conforme Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21)

- 10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- 10.3.2. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 10.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede da licitante;
- 10.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante;
- 10.3.5. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- 10.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

10.4. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(Conforme Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21)

- 10.4.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei Federal nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.5. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL
(Conforme Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21)

10.5.1. Relação completa de todos os profissionais envolvidos na prestação dos serviços, organizada por categoria profissional, acompanhada dos respectivos registros nos conselhos profissionais competentes, conforme modelo constante no Anexo V do edital;

10.5.2. Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e de documento oficial de identidade dos profissionais responsáveis pela prestação dos serviços, podendo ser aceitos os seguintes documentos: Cédula de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Passaporte ou Carteira de Identidade Nacional (CIN);

10.5.3. Comprovante de inscrição ativa e regular no respectivo conselho de classe dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços de coleta de material biológico, conforme sua formação e habilitação legal, tais como: Conselho Regional de Biomedicina (CRBM), Conselho Regional de Biologia (CRBio), Conselho Regional de Enfermagem (COREN) ou Conselho Regional de Medicina (CRM), entre outros que sejam pertinentes, nos termos da legislação profissional vigente;

10.5.4. Comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa credenciada e/ou de seu responsável técnico, específica para a realização de serviços de coleta de material biológico destinados a procedimentos de biópsia, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou declarações de serviços já prestados, que comprovem a execução de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do presente credenciamento;

10.5.5. Comprovante de inscrição ativa e regular da empresa junto ao(s) respectivo(s) conselho(s) de fiscalização profissional, conforme a natureza dos serviços ofertados, tais como: Conselho Regional de Biomedicina (CRBM), Conselho Regional de Biologia (CRBio), Conselho Regional de Enfermagem (COREN) ou Conselho Regional de Medicina (CRM), quando aplicável, em conformidade com a legislação vigente;

10.5.6. Cópia do diploma de curso superior dos profissionais responsáveis pela prestação dos serviços;

10.5.7. Comprovação do vínculo profissional entre a empresa licitante e todos os profissionais listados como envolvidos na prestação dos serviços, conforme disposto no item 10.5.1.

- No caso de sócio ou proprietário, o vínculo será comprovado mediante apresentação do Contrato Social da empresa;
- Para empregados, a comprovação será feita mediante cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) ou de contrato de prestação de serviços vigente, firmado entre as partes;

10.5.8. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), devidamente atualizada no mês da apresentação da documentação, contendo, no mínimo:

- Tipos de serviços cadastrados;
- Profissionais envolvidos;
- Código Brasileiro de Ocupações (CBO);
- Equipamentos disponíveis, compatíveis com a complexidade dos serviços a serem executados;
- Tipos de atendimentos prestados, conforme estabelecido na Portaria SAS/MS nº 118, de 18 de fevereiro de 2014;

10.5.9. Cópia do Alvará de Funcionamento vigente, emitido pela autoridade competente;

10.5.10. Cópia do Alvará Sanitário vigente, emitido pela vigilância sanitária competente, conforme legislação aplicável.

10.6. DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTÁRES A HABILITAÇÃO

10.6.1. Para fins de complementação a habilitação e credenciamento, visando a posterior contratação de que trata este processo, os interessados deverão apresentar junto aos documentos tratados nos itens 10.2 a 10.5, as seguintes declarações:

- 10.6.1.1. Procuração (se for o caso), conforme Anexo III, que é parte integrante do presente Edital;
- 10.6.1.2. Solicitação de Credenciamento), conforme Anexo IV, que é parte integrante do presente Edital;
- 10.6.1.3. Declaração Unificada, conforme Anexo VI, que é parte integrante do presente Edital.

10.7. Os interessados poderão inscrever-se para mais de um lote, desde que preenchidos os requisitos na respectiva especialidade.

10.7.1. É de inteira responsabilidade da empresa credenciada, manter atualizada a documentação exigida do edital de credenciamento, principalmente no que diz respeito às certidões negativas de débito, bem como informar e encaminhar para o CISVAS, através de comunicação formal, toda e qualquer alteração ocorrida na empresa.

10.8. A empresa credenciada deverá obrigatoriamente encaminhar ao consórcio intermunicipal de saúde as documentações que possuírem prazo de validade. Tais documentações deverão ser entregues antes de expirar a data de validade.

10.9. Os documentos de habilitação deverão ser anexados na plataforma eletrônica em formato PDF.

10.10. VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

10.10.1. Os documentos serão analisados pela comissão de contratação, quanto a sua conformidade com o solicitado em edital.

10.10.2. Todos os documentos relacionados deverão estar dentro do prazo de validade, conforme o caso e os que não o indicarem, devem ter sido emitidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

10.10.3. Os documentos poderão ser apresentados em original ou por cópia, em formato digitalizado e em PDF, de forma compreensível.

10.10.4. A Comissão de Contratação, poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, bem como documentação suplementar.

10.10.5. Não será credenciada a interessada que não apresentar a documentação válida exigida no presente edital.

10.10.6. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz e cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

10.10.7. A comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância do requerimento, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado.

10.10.8. A Comissão de contratação poderá ainda, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, bem como solicitar documentos complementares.

11. DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E DO CRITÉRIO DE ESCOLHA

11.1. A participação no presente credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todos os termos e condições estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

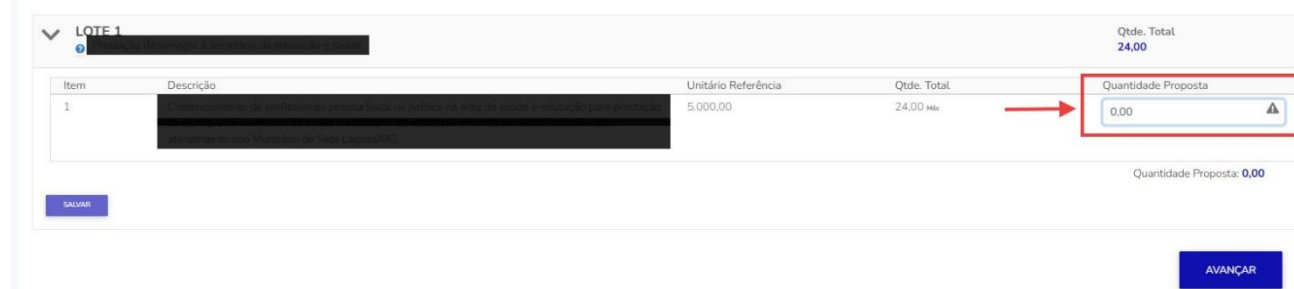
11.2. A contratação dos credenciados será formalizada somente após o cumprimento integral das exigências estabelecidas neste Edital de Credenciamento, conforme critérios definidos pelo CISVAS.

11.3. Será considerada habilitada a empresa que apresentar toda a documentação exigida, em conformidade com o disposto na Cláusula Sétima deste Edital.

11.4. As quantidades de procedimentos a serem contratadas e distribuídas serão estimadas conforme a demanda dos municípios consorciados ao CISVAS, não sendo garantido ao credenciado qualquer quantitativo mínimo de procedimentos a serem realizados.

11.5. A distribuição da demanda que vier a ocorrer durante a vigência do presente credenciamento será realizada conforme o disposto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros, hipótese em que a escolha do prestador será feita pelo beneficiário direto do serviço.

11.6. Por se tratar de procedimento de credenciamento em fluxo contínuo (aberto), sem previsão de quantitativos fixos, os proponentes deverão indicar "zero" (0) no campo destinado à estimativa de quantidade, conforme modelo orientativo constante nos anexos deste Edital.



LOT 1

Qtde. Total: 24,00

Item	Descrição	Unitário Referência	Qtde. Total	Quantidade Proposta
1		5.000,00	24,00	0,00

Quantidade Proposta: 0,00

SALVAR

AVANÇAR

11.7. O contrato a ser celebrado contemplará exclusivamente os valores unitários dos serviços ofertados, cabendo a distribuição dos serviços conforme a demanda encaminhada pelos municípios consorciados, observadas as regras previstas neste Edital.

12. DA ANÁLISE DE SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO

12.1. A abertura da sessão deste Credenciamento Eletrônico será conduzida pelo Agente de Contratação, dentro do período de credenciamento estabelecido no preâmbulo deste Edital. As análises das solicitações ocorrerão sempre que houver proponentes interessados e devidamente cadastrados na Plataforma Licitar Digital.

12.2. O Agente de Contratação, com o apoio da respectiva equipe, realizará, em dias úteis, durante toda a vigência do presente Chamamento Público, a análise de todos os pedidos de credenciamento apresentados exclusivamente por meio eletrônico, desde que observadas as exigências previstas neste Edital e em seus Anexos.

12.3. Após a abertura do sistema na Plataforma Licitar Digital, estando a Proposta e os documentos de habilitação devidamente apresentados e em conformidade com as exigências editalícias, será dado prosseguimento ao credenciamento. Em caso de divergência, ausência de documentos ou qualquer conflito com os requisitos, a empresa proponente será formalmente comunicada para as devidas providências.

12.4. Ocorrendo inabilitação de qualquer interessado, será concedido prazo para interposição de recurso, salvo manifestação expressa da parte desistindo do direito de recorrer. Na ausência de manifestação ou recurso, será finalizado o procedimento com a proclamação do resultado, qualificando a empresa como habilitada e credenciada, ou inabilitada. A empresa inabilitada poderá, a qualquer tempo durante a vigência

do chamamento, apresentar novo pedido de credenciamento, com os devidos ajustes.

12.5. A qualquer tempo, poderá ser suspenso, alterado ou cancelado o credenciamento da empresa que:

- Deixar de atender às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- Descumprir as obrigações assumidas no ato do credenciamento.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

13.4. A interposição de Recurso deverá ser realizada diretamente na plataforma eletrônica do credenciamento, no endereço www.licitardigital.com.br, nos termos da Lei nº. 14.133/21, o qual será recebido e processado em meio eletrônico.

13.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

14.1. Após a análise documental, a comissão de contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

14.2. A lista dos habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no endereço eletrônico www.cisvas.com.br e no capo de avisos da Plataforma de Licitações Licitardigital através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br.

15. DA CONVOCAÇÃO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela Plataforma Licitardigital, pelo endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, a partir do período indicado no preâmbulo deste Edital.

15.2. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS, convocará o candidato selecionado, através da Plataforma Licitardigital e/ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma.

15.3. O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma eletrônica e/ou e-mail, sendo que, o candidato devolverá o contrato assinado pela plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001.

15.4. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem 8.3, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.

15.5. O prazo para análise da documentação de Habilitação será de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação de credenciamento da empresa.

15.6. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento.

16. DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O prazo de vigência da contratação terá início na data da assinatura do instrumento contratual, vigorando até a data de conclusão do período de credenciamento fixado no edital e aviso de chamamento público.

16.1.1. A vigência dos instrumentos contratuais celebrados poderá ser prorrogada na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que exista a comprovação de vantajosidade.

16.2. A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo II, que é parte integrante do presente Edital.

17. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

17.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

17.2. Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 30 (trinta) dias serão descredenciados.

17.3. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17.4. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.5. Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela comissão de contratação que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá ao Presidente.

17.6. Se for conveniente para o consórcio, o Presidente poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS, na entrega da mercadoria/prestação do(s) produto(s)/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do(s) produto(s)/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

f) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

18.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

18.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.4. **EXTENSÃO DAS PENALIDADES**

18.4.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

a) Retardarem a execução do objeto;

b) Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

19. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Estabelece-se que a apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

19.2. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto deste edital.

19.3. Fica assegurado ao Consórcio o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente credenciamento, dando ciência aos participantes e sendo devidamente justificada na forma da legislação vigente.

19.4. Este Credenciamento poderá ter a data de abertura pública transferida por conveniência do Consórcio, sem prejuízo dos prazos mínimos de apresentação de propostas, dispostos no art. 55, da Lei nº. 14.133/2021, assim como ser revogado por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

19.5. Os proponentes, ao efetivarem o CREDENCIAMENTO, concordam automaticamente com todos os termos do Edital e seus anexos.

19.6. Fica assegurado ao Consórcio o direito de:

a) Promover, em qualquer fase do processo, diligência destinada a esclarecer ou a complementar sua instrução, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta;

b) Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências. habilitatória, poderá o Agente de Contratação, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às participantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

19.7. As empresas participantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo.

19.8. Os interessados em credenciar-se junto ao CISVAS declaram ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes,

empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

19.9. Nenhuma indenização será devida às participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a este credenciamento.

19.10. O presente Credenciamento poderá ser revogável a qualquer momento, o Credenciado ou Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na Legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

19.11. Integram o Presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta do Contrato;

Anexo III – Modelo de Procuração;

Anexo IV – Modelo de Solicitação de Credenciamento;

Anexo V – Modelo de Formulário de Relação dos Profissionais;

Anexo VI – Modelo de Declaração Unificada.

Santa Maria do Suaçuí/MG, 16 de setembro de 2025.

Isabella Ferreira Rocha
Membro – Equipe de Apoio

Sabrina Mesquita Lima
Presidente do CISVAS

*Publicado na data de / /, nos termos do
Art. 54 da Lei 14.133/21.*

Ass. Responsável pela Publicação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIAS

REQUISITANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Monaliza Aparecida Amaral Catarina - Secretária Executiva

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Termo de Referência é o documento da fase interna do processo em que o demandante descreve com detalhes o objeto que pretende contratar, com elementos necessários e suficientes da justificativa para a sua contratação, à verificação da compatibilidade da despesa com a disponibilidade orçamentária, ao julgamento e classificação das propostas, à definição: do prazo de execução do contrato, da estratégia de suprimento, dos métodos de prestação dos serviços.

1.2. A finalidade do presente Termo de Referência é apresentar as etapas construtivas, bem como demonstrar elementos capazes de delimitar, de forma clara, concisa e objetiva, características do(s) serviços(s) a serem contratados.

1.3. A Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS, por meio deste Termo de Referência, tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao Artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 e aos dispositivos do art. 6º inciso XXV da Lei Federal nº. 14.133/21, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o credenciamento de pessoa jurídica para as obras, nos termos do objeto supracitado.

1.4. O presente termo de referência foi meticulosamente elaborado em estrita conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que estabelece as diretrizes e normas gerais para a contratação de bens e serviços pela administração pública. Em particular, observou-se o disposto no Art. 6º da referida legislação, que define o termo de referência como documento indispensável para a contratação de bens e serviços, contendo parâmetros e elementos descritivos essenciais.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Este Termo de Referência visa o Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, com ênfase na realização de coleta de material biológico, sem a realização de análise laboratorial, destinada à execução de procedimentos de biópsia, visando ao atendimento da demanda dos entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

2.2. As especificações e os quantitativos dos serviços constam a seguir, com valor unitário definido para cada contratação prevista neste Termo, conforme valores apresentados nas planilhas de cada item deste Termo de Referência. As quantidades são estimadas, de acordo com a demanda de cada item/serviço:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SUS	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
1	Anestesia ou Sedação para Biópsia	00.00.00.000-0	5.200	R\$ 320,00
2	Biópsia de Medula Óssea	02.01.01.027-5	252	R\$ 533,00
3	Biópsia de Pele e Tecidos Moles (Subcutâneo, Fáscia, Músculo)	02.01.01.037-2	504	R\$ 393,30
4	Biópsia de Vulva	02.01.01.051-8	252	R\$ 316,67
5	Biópsia do Colo Uterino/Ginecológica	02.03.02.008-1	252	R\$ 283,33
6	Biópsia Hepática	02.01.01.021-6	252	R\$ 1.210,33
7	Biópsia Renal	02.01.01.043-7	252	R\$ 1.133,33

8	Biópsia Transretal de Próstata Guiada por Ultrassonografia	02.03.02.003-0	840	R\$ 1.003,67
9	Core Biopsy (Biópsia de Mama por Agulha Grossa)	02.01.01.060-7	420	R\$ 460,40
10	Punção Aspirativa por Agulha Fina (PAAF) de Mama	02.01.01.058-5	840	R\$ 316,25
11	Punção Aspirativa por Agulha Fina (PAAF) de Tireoide ou Paratireoide	02.01.01.047-0	840	R\$ 317,60

2.3. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.

3. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A prestação de serviços de saúde acessíveis, resolutivos e de qualidade constitui dever constitucional e representa uma necessidade prioritária para os municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS. Nesse contexto, o presente termo de referência visa ao credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na realização de coleta de material biológico, sem a realização de análise laboratorial, para fins de procedimentos de biópsia, em caráter complementar à rede pública de saúde dos entes consorciados, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

3.2. A contratação fundamenta-se no artigo 196 da Constituição Federal, que assegura o direito à saúde como dever do Estado, a ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que promovam o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Do ponto de vista legal, a adoção do modelo de credenciamento está amparada nos artigos 74, caput e inciso IV; 78, inciso I; e 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamentam a inexigibilidade de licitação para casos de credenciamento de prestadores, como medida eficaz para a satisfação do interesse público.

3.3. O serviço objeto deste credenciamento é classificado como “serviço comum de saúde”, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, por apresentar padrões técnicos e operacionais definidos e por permitir aferição objetiva da conformidade, da qualidade e da eficiência de sua execução. A natureza técnica da coleta de material biológico para biópsia segue protocolos padronizados, o que favorece sua contratação por credenciamento com base em critérios técnicos previamente estabelecidos.

3.4. A adoção do modelo de credenciamento justifica-se pela necessidade de ampliar a rede de prestadores aptos à realização da coleta de material biológico, de forma regionalizada, com infraestrutura adequada, garantindo acesso célere e eficaz aos procedimentos diagnósticos que subsidiam decisões médicas fundamentais, sobretudo em casos de suspeita de doenças crônicas, oncológicas ou outras condições de alta complexidade.

3.5. Trata-se de modelo de contratação aberto, contínuo e não excludente, que permite a adesão de todas as empresas interessadas que atendam aos requisitos estabelecidos, promovendo a concorrência saudável, a eficiência administrativa e a flexibilidade operacional. Com isso, o CISVAS assegura a existência de uma rede descentralizada de prestadores, reduzindo a dependência de fornecedores únicos e mitigando riscos operacionais, inclusive em situações de emergência em saúde pública, surtos epidemiológicos ou sazonalidades.

3.6. A operacionalização dos atendimentos se dará a partir da emissão de Guias de Encaminhamento, pelos municípios consorciados e/ou pelo CISVAS, com base em solicitações médicas, permitindo o controle e rastreabilidade dos procedimentos. A prestação do serviço será realizada nas instalações do credenciado, seja em unidade própria ou posto de coleta autorizado, desde que devidamente regularizado e em conformidade com a legislação sanitária e demais normativas técnicas aplicáveis.

3.7. A realização das coletas de material biológico para biópsia é um componente essencial do cuidado integral à saúde, pois possibilita o diagnóstico precoce e preciso de diversas enfermidades. A ampliação da oferta deste serviço contribui diretamente para a melhoria dos indicadores de saúde, além de reduzir filas de espera e permitir tratamentos mais oportunos, reforçando a resolutividade dos serviços públicos de saúde.

3.8. A experiência prévia do CISVAS na condução de credenciamentos similares em outras áreas da saúde proporciona o embasamento técnico necessário para a estruturação desta contratação. Diante da padronização dos serviços e da experiência acumulada, não se faz necessária a elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme previsto no art. 79, §1º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços comuns de saúde, com especificações consolidadas no mercado.

3.9. Assim, a realização deste Chamamento Público para o credenciamento de empresas especializadas na coleta de material biológico para biópsia, sem análise laboratorial, revela-se como a forma mais vantajosa, legalmente adequada e eficiente para garantir o atendimento contínuo, seguro, transparente e qualificado à população dos municípios consorciados, reafirmando o compromisso do CISVAS com a eficiência na gestão pública em saúde, a melhoria do acesso aos serviços e o uso racional dos recursos públicos.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para fins de credenciamento, as empresas interessadas deverão atender integralmente aos requisitos técnicos, legais e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e demais documentos que compõem o Chamamento Público, comprovando sua capacidade técnica, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como sua adequação às normas sanitárias vigentes.

4.2. São requisitos mínimos para a contratação:

- a) Ser pessoa jurídica legalmente constituída, com atividade econômica compatível com o objeto do credenciamento, conforme registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Estar regularmente registrada nos órgãos de fiscalização profissional e sanitária competentes, especialmente no Conselho Regional de Biomedicina, Biologia, Enfermagem ou Medicina, conforme o caso, e possuir autorização de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local ou estadual;
- c) Apresentar licença sanitária vigente e demais documentos que comprovem o atendimento às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da legislação estadual e municipal aplicável;
- d) Comprovar capacidade técnica-operacional para a realização de coletas de material biológico para procedimentos de biópsia, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica ou declarações de serviços já prestados, quando exigido em edital;
- e) Possuir estrutura física adequada para atendimento ao público, com ambiente apropriado para coleta, conservação e acondicionamento do material biológico, de acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e sanitárias vigentes;
- f) Dispor de profissionais habilitados legalmente para a realização da coleta, com vínculo comprovado com a empresa, sendo exigido, no mínimo, um responsável técnico com registro ativo no respectivo conselho profissional;
- g) Manter sistema de controle e registro das coletas realizadas, com identificação do paciente, profissional executor, data e horário da coleta, tipo de material e destino do material biológico, assegurando a rastreabilidade e a integridade da amostra;
- h) Comprometer-se a cumprir os prazos, condições técnicas e protocolos operacionais definidos pelo CISVAS e/ou pelos entes consorciados, conforme diretrizes estabelecidas nos anexos do edital;
- i) Apresentar documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.

4.3. A ausência de qualquer dos requisitos estabelecidos ou a apresentação de documentação irregular ou incompleta poderá ensejar a inabilitação da empresa no processo de credenciamento, sem prejuízo de posterior reapresentação, caso o Chamamento Público esteja em vigência.

4.4. O credenciamento não gera direito à contratação imediata ou exclusiva, tampouco obriga o CISVAS ou os entes consorciados a realizar qualquer volume mínimo de atendimento, sendo a prestação dos serviços condicionada à demanda efetiva e à emissão das respectivas guias de encaminhamento.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços terá início imediatamente após a assinatura do contrato, mediante o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, expedida por meio do sistema de agendamento eletrônico “PAGE Saúde”, sob gestão do CISVAS.

5.2. A empresa credenciada deverá prestar os serviços exclusivamente a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), devidamente encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados, sob coordenação do CISVAS, garantindo a integralidade do atendimento, conforme a solicitação médica e as especificações contratuais.

5.3. Os serviços de coleta de material biológico deverão ser realizados, preferencialmente, nas dependências da empresa credenciada, em unidade própria ou em estabelecimento parceiro, desde que o vínculo esteja formalmente comprovado por instrumento contratual, convênio, contrato de comodato ou documento equivalente.

5.4. Em situações excepcionais e devidamente justificadas pela Administração, os serviços poderão ser realizados em instalações físicas disponibilizadas pelas Secretarias de Saúde dos municípios consorciados, desde que previamente pactuado entre as partes e comprovada a adequação técnica e sanitária do espaço.

5.5. A empresa credenciada deverá assegurar que todos os locais de atendimento — próprios ou parceiros — estejam devidamente equipados com estrutura física, tecnológica e de pessoal compatível com a execução dos serviços contratados, observando rigorosamente as normas da ANVISA, do Ministério da Saúde, bem como as normas sanitárias, de biossegurança, acessibilidade e demais exigências legais vigentes.

5.6. O envio do material biológico coletado para fins de análise laboratorial será de responsabilidade exclusiva da empresa credenciada, devendo o procedimento ser realizado com observância integral das seguintes condições:

a) O encaminhamento do material deverá ser feito somente a laboratórios de análises clínicas previamente indicados ou autorizados pelo CISVAS;

b) O transporte deverá garantir a preservação da integridade, viabilidade e rastreabilidade das amostras, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente as expedidas pela ANVISA e pelo Ministério da Saúde;

c) A empresa credenciada deverá utilizar embalagens, recipientes e condições de acondicionamento apropriados, compatíveis com o tipo de material coletado e com os riscos envolvidos, observando os protocolos de biossegurança aplicáveis;

d) A empresa será integralmente responsável pelo cumprimento dos prazos operacionais, inclusive os relacionados ao transporte, acondicionamento e entrega das amostras ao laboratório, devendo adotar todas as medidas para evitar perdas, deteriorações ou contaminações;

e) Qualquer falha no envio, transporte ou acondicionamento que comprometa a qualidade do exame ou a confiabilidade do diagnóstico será de responsabilidade da empresa credenciada, sujeitando-a às penalidades previstas no contrato.

5.7. O acesso aos serviços ocorrerá mediante apresentação da Guia de Encaminhamento individualizada, emitida pelo CISVAS e/ou pelas Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados, acompanhada do respectivo pedido médico, conforme critérios de regulação definidos.

5.8. O agendamento e gerenciamento dos atendimentos serão realizados por meio do sistema “PAGE Saúde”, sendo de responsabilidade da empresa credenciada o acompanhamento diário da plataforma, com vistas à organização do fluxo de atendimento.

5.8.1. O CISVAS fornecerá à credenciada o suporte técnico necessário para o uso da plataforma, por meio de servidor designado para treinamento, orientação e esclarecimento de dúvidas operacionais.

5.9. A execução dos serviços deverá respeitar o cronograma estabelecido pelo CISVAS, em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para o atendimento, exceto em situações emergenciais, previamente autorizadas.

5.10. A regulação do acesso aos serviços será de competência das Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados, com prioridade para os casos classificados como urgência ou aqueles não atendidos pela rede pública local.

5.11. Os serviços objeto do presente credenciamento destinam-se exclusivamente aos usuários SUS dos seguintes municípios consorciados: Água Boa/MG, Frei Lagonegro/MG, José Raydan/MG, Peçanha/MG, Santa Maria do Suaçuí/MG, São João Evangelista/MG e São Sebastião do Maranhão/MG.

5.12. A empresa credenciada deverá zelar pelo sigilo, segurança e integridade das informações dos usuários atendidos, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas técnicas e administrativas compatíveis com o grau de sensibilidade dos dados tratados.

5.13. Os serviços poderão ser recusados pela Administração Pública nas seguintes hipóteses:

- a) Execução em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, edital e contrato;
- b) Identificação de vícios, falhas técnicas ou inadequações que comprometam a qualidade, eficácia ou segurança dos procedimentos realizados;
- c) Realização de atendimentos sem observância do fluxo de regulação ou sem autorização prévia das Secretarias Municipais de Saúde ou do CISVAS.

5.14. A não execução dos serviços dentro dos prazos, formas e condições pactuadas poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato.

5.15. O recebimento definitivo dos serviços não exime a empresa credenciada da responsabilidade pela qualidade, correção técnica e adequação da execução, sendo obrigatória a correção, às suas expensas, de eventuais falhas, omissões ou inconformidades verificadas durante a vigência contratual.

5.16. Em caso de recusa dos serviços, após verificação e registro do fiscal do contrato, a empresa credenciada deverá proceder à reexecução integral dos serviços rejeitados, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6. DA VISTORIA TÉCNICA

6.1. Concluído o processo de habilitação no âmbito do Chamamento Público, as empresas credenciadas poderão, a qualquer tempo, ser objeto de vistoria técnica in loco por parte de representantes designados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS, com o objetivo de verificar as condições estruturais, operacionais, sanitárias e técnico-assistenciais das instalações destinadas à prestação dos serviços contratados, bem como de confirmar a veracidade das informações declaradas no processo de credenciamento.

6.2. A realização de vistoria técnica não será condição obrigatória para fins de habilitação, sendo tratada como ato discricionário e complementar da Administração, nos termos do art. 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com finalidade de assegurar a conformidade entre as declarações constantes nos documentos apresentados e as condições efetivas dos locais de execução dos serviços.

6.3. A vistoria será realizada mediante agendamento prévio, com ciência formal da empresa credenciada, observando-se critérios objetivos, critérios técnicos de amostragem ou por provocação das Secretarias de Saúde dos municípios consorciados, especialmente nos casos de indício de irregularidade, divergência documental, reclamações fundamentadas ou necessidade de monitoramento da qualidade dos serviços.

6.4. A divergência substancial entre as informações declaradas no processo de habilitação e aquelas verificadas durante a vistoria técnica poderá ensejar a suspensão imediata do processo de contratação, ou, se já formalizado o contrato, a interrupção da execução contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, inclusive a revogação do credenciamento.

6.5. A empresa credenciada deverá assegurar acesso irrestrito e seguro aos espaços, sistemas e documentos necessários à equipe de vistoria, facultando o acompanhamento técnico de seus representantes durante a inspeção.

6.6. A vistoria técnica será formalizada por meio de relatório circunstanciado, assinado pelos vistoriadores designados, podendo ser objeto de contraditório e manifestação por parte da empresa vistoriada, conforme os princípios da ampla defesa e do devido processo legal.

7. DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. O prazo de vigência da contratação terá início na data da assinatura do instrumento contratual, vigorando até a data de conclusão do período de credenciamento fixado no edital e aviso de chamamento público.

7.1.1. A vigência dos instrumentos contratuais celebrados poderá ser prorrogada na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que exista a comprovação de vantajosidade.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Obrigações da Empresa Credenciada

8.1.1. Além das obrigações legais, regulamentares e contratuais, bem como daquelas estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos, a empresa credenciada obriga-se a:

8.1.2. Manter, durante toda a vigência contratual, endereço de e-mail institucional exclusivo para comunicação oficial com o CISVAS, por meio do qual serão enviados e recebidos documentos, notificações, aditivos, convocações e demais atos administrativos.

8.1.3. Prestar os serviços em estrita conformidade com as normas técnicas, sanitárias, de biossegurança e demais diretrizes expedidas pela ANVISA, Ministério da Saúde e órgãos reguladores competentes.

8.1.4. Não transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, os serviços objeto do credenciamento, salvo mediante autorização prévia e expressa do CISVAS, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. Assumir integralmente os encargos, custos, insumos, riscos e eventuais falhas decorrentes da execução dos serviços.

8.1.6. Cumprir os protocolos operacionais, orientações técnicas e diretrizes administrativas estabelecidos pelo CISVAS e pelas Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados.

8.1.7. Cumprir rigorosamente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, sociais e de segurança do trabalho, isentando a Administração de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

8.1.8. Atender pontualmente os agendamentos realizados por meio do sistema eletrônico oficial, nos locais, datas e horários estabelecidos, assegurando continuidade, resolutividade e eficiência.

8.1.9. Adotar conduta ética, respeitosa e humanizada no atendimento aos usuários do SUS e no relacionamento com os representantes do CISVAS.

- 8.1.10. Informar, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos, quaisquer alterações relevantes que impactem a execução contratual, como mudança de endereço, de responsável técnico ou da estrutura operacional.
- 8.1.11. Executar exclusivamente os procedimentos previamente autorizados mediante guia formal emitida pelo CISVAS e/ou pelas Secretarias Municipais de Saúde consorciadas.
- 8.1.12. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de credenciamento.
- 8.1.13. Atender, de forma célere, objetiva e fundamentada, às solicitações de esclarecimentos, informações ou providências formuladas pelo CISVAS.
- 8.1.14. Apresentar, mensalmente, relatório técnico e financeiro detalhado dos atendimentos realizados, contendo: identificação do paciente, exames/procedimentos executados, datas e valores de referência.
- 8.1.15. Comunicar imediatamente qualquer ocorrência que comprometa a normalidade, continuidade ou qualidade dos serviços, indicando as medidas corretivas cabíveis.
- 8.1.16. Apresentar, sempre que solicitado, comprovantes atualizados de regularidade trabalhista, fiscal, previdenciária e social, incluindo comprovantes de pagamento de salários, encargos e tributos.
- 8.1.17. Garantir, por até 30 (trinta) dias após eventual descredenciamento ou rescisão contratual, a continuidade dos atendimentos de pacientes em tratamento, até sua adequada transferência ou encerramento.
- 8.1.18. Disponibilizar, nos prazos e formatos definidos, relatórios, laudos, documentos e demais informações comprobatórias da execução dos serviços.
- 8.1.19. Responder, civil e administrativamente, por danos causados a terceiros ou à Administração, decorrentes de atos ou omissões dolosos, culposos ou negligentes de seus prepostos, empregados ou representantes.
- 8.1.20. Observar e cumprir as determinações do gestor e do fiscal do contrato, conforme disposto no art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.21. Responder integralmente por vícios, falhas ou prejuízos decorrentes da má execução dos serviços, independentemente da fiscalização exercida pelo CISVAS, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.22. Observar a vedação legal à contratação de cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau de dirigentes da Administração ou fiscais do contrato, conforme art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.23. Assegurar, durante toda a vigência contratual, a manutenção das condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e capacidade econômico-financeira.
- 8.1.24. Observar integralmente o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na legislação trabalhista, vedando o trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, e proibindo o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos.
- 8.1.25. Cumprir as cotas legais relativas à contratação de pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme art. 116 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.26. Comprovar, quando solicitado, o preenchimento das cotas previstas em lei, mediante apresentação de documentos que identifiquem os profissionais contratados.
- 8.1.27. Arcar integralmente com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais decorrentes da execução contratual, nos termos do art. 121, caput, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.28. Reconhecer expressamente que o inadimplemento contratual não transfere à Administração Pública qualquer responsabilidade por obrigações não cumpridas, nos termos do §1º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Obrigações do Contratante (CISVAS)

- 8.2.1. Sem prejuízo das demais previsões legais, o CISVAS obriga-se a:
- 8.2.2. Exercer, quando cabível, as prerrogativas previstas no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

- 8.2.3. Designar formalmente servidor público responsável pela gestão e fiscalização do contrato, com competência para acompanhar a execução, registrar ocorrências e emitir parecer técnico quanto à conformidade dos serviços.
- 8.2.4. Notificar a empresa credenciada, de forma escrita e motivada, sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais, concedendo prazo razoável para saneamento.
- 8.2.5. Efetuar os pagamentos devidos de forma tempestiva, conforme os prazos e condições estabelecidos em contrato e na legislação aplicável.
- 8.2.6. Aplicar, quando necessário, as penalidades previstas no contrato, no edital e na Lei nº 14.133/2021, em razão da inexecução parcial ou total do ajuste.
- 8.2.7. Atuar com isenção, transparência e imparcialidade em todas as suas deliberações, respondendo às comunicações e requerimentos da credenciada de forma adequada e tempestiva.
- 8.2.8. Emitir o atesto dos serviços executados e parecer conclusivo quanto à conformidade técnica e documental, como condição para liquidação e pagamento.
- 8.2.9. Realizar as retenções tributárias previstas em lei, emitindo os comprovantes correspondentes à empresa credenciada.
- 8.2.10. Promover a avaliação periódica e sistemática da qualidade dos serviços prestados, com base em critérios técnicos e indicadores previamente definidos.
- 8.2.11. Abster-se de interferir na administração interna da empresa credenciada, respeitando sua autonomia quanto à gestão de pessoal, estrutura organizacional e processos internos.
- 8.2.12. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos assumidos pela credenciada com terceiros, nem por danos decorrentes de sua atuação ou omissão na execução dos serviços contratados.

9. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. A execução dos serviços decorrentes do presente credenciamento será acompanhada, monitorada e fiscalizada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS, por meio de servidor(es) formalmente designado(s) para as funções de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.2. A fiscalização terá como finalidade assegurar a legalidade, regularidade, qualidade, efetividade e conformidade da prestação dos serviços de coleta de material biológico com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital de Chamamento Público, no contrato de credenciamento e nas demais normas aplicáveis à saúde pública.
- 9.3. O(s) Fiscal(is) do contrato manterão registros sistemáticos e atualizados de todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, tais como: inconformidades técnicas ou sanitárias; falhas no atendimento; descumprimentos de cronograma ou protocolos; notificações e respostas da credenciada; relatórios mensais de execução; demais documentos pertinentes à fiscalização.
- 9.4. Havendo constatação de irregularidades, inexecução parcial ou total, falhas técnicas ou descumprimento de obrigações contratuais, a credenciada será formalmente notificada para apresentar justificativas ou adotar as devidas correções, dentro de prazo razoável fixado pelo CISVAS, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas, especialmente aquelas constantes dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.5. O Gestor do Contrato, designado por ato administrativo próprio, atuará de forma integrada ao(s) Fiscal(is), sendo responsável pela gestão gerencial e documental da contratação, competindo-lhe, dentre outras atribuições:
- a) Analisar a conformidade das notas fiscais e documentos de cobrança;
 - b) Controlar os prazos de vigência e saldo contratual;
 - c) Acompanhar a execução orçamentária e financeira;

- d) Manter registros sobre alterações contratuais, reequilíbrios e aditivos;
- e) Consolidar relatórios técnicos e administrativos.

9.6. A atividade de fiscalização, ainda que exercida de forma contínua, ostensiva ou minuciosa, não exime a empresa credenciada da responsabilidade integral pela qualidade e regularidade da execução contratual. A eventual tolerância do CISVAS não configura renúncia a direitos nem excludente de responsabilidade. É vedado à empresa alegar ingerência administrativa como justificativa para descumprimento de suas obrigações.

9.7. O CISVAS poderá, a qualquer tempo e sempre que entender necessário, realizar auditorias técnicas, operacionais, administrativas e contábeis, bem como vistorias in loco nas instalações físicas da credenciada ou de seus parceiros operacionais, com vistas à verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

9.7.1. A empresa credenciada deverá garantir à equipe designada acesso irrestrito a documentos, relatórios, ambientes físicos e sistemas vinculados à execução dos serviços contratados, inclusive fichas de atendimento e registros de coleta.

9.8. O descumprimento, sem justificativa aceita, de determinações emitidas pelo Gestor ou Fiscal do Contrato poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções administrativas, conforme a gravidade da infração: advertência por escrito; aplicação de multa; suspensão temporária do credenciamento; impedimento de contratar com o setor público; rescisão contratual.

9.9. Tais penalidades serão aplicadas observando-se o contraditório, a ampla defesa e os ritos previstos no edital, no contrato e na legislação vigente, especialmente os arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

9.10. O Gestor e o(s) Fiscal(is) do contrato deverão desempenhar suas funções com observância aos princípios constitucionais e legais da Administração Pública, especialmente: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, segregação de funções, rastreabilidade de atos, prevenção de conflitos de interesse.

9.11. Os atos praticados no exercício da gestão e fiscalização do contrato deverão ser devidamente documentados, preferencialmente por meio de sistema informatizado, garantindo transparência e controle administrativo sobre a execução contratual.

10. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento à empresa credenciada será realizado em periodicidade mensal, com base na prestação efetiva e comprovada dos serviços de coleta de material biológico, conforme demanda autorizada pelos entes consorciados e atestada pela fiscalização designada pelo CISVAS.

10.2. A liberação do pagamento estará condicionada à apresentação completa e correta da documentação fiscal e comprobatória, nos seguintes termos:

- a) Nota Fiscal eletrônica (NF-e) ou fatura, emitida em nome do CISVAS, contendo a descrição clara dos serviços prestados no período;
- b) Atesto formal da fiscalização do contrato, confirmando a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à regularidade técnica, quantitativa e qualitativa;
- c) Relatório mensal de produção, conforme modelo padronizado fornecido pelo CISVAS, contendo: identificação dos pacientes atendidos (com dados anonimizados, nos termos da LGPD); data e local da coleta; tipo de procedimento de biópsia associado; município de origem da demanda; indicação da guia de encaminhamento utilizada; assinatura do responsável técnico.

10.3. O prazo para efetivação do pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de protocolo da documentação fiscal correta, completa e regular, desde que precedida do atesto técnico da fiscalização do CISVAS.

10.4. A constatação de pendências na documentação, irregularidades na execução dos serviços, omissões em relatórios ou qualquer desconformidade que impeça o atesto técnico suspenderá automaticamente o prazo de pagamento, o qual somente voltará a correr após a regularização integral por parte da credenciada.

10.5. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de transferência bancária direta, em conta corrente de titularidade da empresa credenciada, vinculada ao CNPJ cadastrado no credenciamento. É vedado o pagamento a contas de terceiros.

10.6. Os valores unitários dos serviços contratados serão aqueles constantes na proposta aceita e homologada no processo de credenciamento, sendo fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato, salvo expressa previsão legal ou contratual de revisão ou repactuação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.6.1. Os valores pactuados incluem todos os custos diretos e indiretos, tais como: encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais; despesas com insumos, transporte, logística e armazenamento; manutenção de estrutura física e equipamentos; remuneração de equipe técnica e administrativa; quaisquer outras despesas incidentes sobre a execução dos serviços.

10.7. Não será devido qualquer valor adicional, a qualquer título, mesmo que decorrente de despesas extraordinárias, salvo mediante autorização formal e prévia do CISVAS, com base em justificativa técnica e previsão contratual.

10.8. Eventual atraso no pagamento, não motivado por pendência da credenciada, poderá ensejar a aplicação de encargos legais de mora, mediante solicitação formal da empresa, devidamente instruída com a concordância do Controle Interno do CISVAS, nos termos da legislação vigente.

10.9. Os pagamentos somente serão autorizados se, no momento da emissão da nota fiscal: a empresa credenciada estiver em situação regular quanto às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e perante os conselhos de classe; mantiver vigentes e válidos todos os documentos de habilitação exigidos no edital e no contrato; e não houver pendência administrativa, técnica ou contratual impeditiva.

10.10. O encaminhamento da documentação fiscal e dos relatórios poderá ser feito de forma:

- a) Eletrônica, por meio do envio para o endereço de e-mail: cisvas.nf@gmail.com;
- b) Ou por outro canal oficial que venha a ser instituído e divulgado pelo CISVAS.

10.11. A critério da Administração, poderão ser implementadas ferramentas eletrônicas de gestão contratual e prestação de contas, com acesso restrito, login individual e protocolo eletrônico, devendo a credenciada se adaptar às plataformas adotadas.

11. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A seleção das empresas prestadoras de serviços especializados na coleta de material biológico para procedimentos de biópsia, sem realização de análise laboratorial, será realizada por meio de Chamamento Público de Credenciamento, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos artigos 74, 78 e 79, bem como nos normativos complementares aplicáveis à administração pública consorciada.

11.2. O credenciamento caracteriza-se como modalidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, cabível nas hipóteses em que a inviabilidade de competição decorre da pluralidade de prestadores aptos e da natureza complementar e contínua dos serviços de saúde ofertados, nos termos do art. 74, caput e inciso IV, da referida Lei.

11.3. Serão credenciadas todas as pessoas jurídicas que, a qualquer tempo durante a vigência do edital, atenderem integralmente às condições técnicas, operacionais, documentais e legais exigidas, sem limitação de número de participantes, observando-se o caráter não excludente, contínuo e dinâmico do processo.

11.4. O credenciamento não confere exclusividade à empresa contratada, podendo o CISVAS manter simultaneamente múltiplos prestadores credenciados, com ou sem atuação nas mesmas regiões, a fim de garantir ampla cobertura geográfica, equidade de acesso e flexibilidade operacional.

11.5. A escolha do prestador para execução dos serviços, dentre os credenciados, ocorrerá conforme a necessidade concreta do usuário e do município consorciado demandante, observando, de forma motivada, critérios objetivos tais como:

- a) Localização geográfica da unidade de atendimento;
- b) Disponibilidade operacional e agenda;
- c) Capacidade técnica e infraestrutura disponível;
- d) Tempo estimado de atendimento ou urgência do caso;
- e) Histórico de qualidade e conformidade contratual;
- f) Preferência do usuário, quando aplicável, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.6. A distribuição da demanda entre os credenciados poderá ser feita de forma regionalizada, alternada, proporcional, ou por rodízio, conforme definido em instrumento específico de regulação operacional, a ser expedido pelo CISVAS, com ciência prévia dos credenciados.

11.7. A prestação dos serviços deverá ocorrer, preferencialmente, nas instalações físicas da empresa credenciada, próprias ou formalmente vinculadas, desde que:

- a) Estejam devidamente registradas e regulares perante os órgãos de fiscalização e vigilância sanitária;
- b) Atendam às exigências estruturais e técnicas previstas nas normas da ANVISA, Ministério da Saúde e Conselhos Profissionais competentes (como o CRBM, CRF, CRM, ou outros, conforme a qualificação da equipe técnica responsável pela coleta);
- c) Possuam ambiente adequado e seguro para coleta de material biológico, respeitando as condições de biossegurança, acessibilidade e conforto dos usuários.

11.8. Será permitida a prestação dos serviços em unidades móveis ou postos avançados, desde que previamente aprovados pelo CISVAS, mediante comprovação de atendimento às exigências sanitárias, técnicas e operacionais.

11.9. A adesão ao credenciamento implica aceitação integral das regras, critérios, normas operacionais e protocolos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e demais atos normativos do CISVAS, inclusive no tocante à regulação da oferta e da demanda, condições de pagamento e padrões de qualidade dos serviços.

12. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

12.1. A estimativa de preços para os serviços especializados de coleta de material biológico destinada a procedimentos de biópsia, sem a realização de análise laboratorial, objeto deste Chamamento Público, foi elaborada com base no disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando:

- a) Valores médios praticados em contratações similares, registrados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- b) Consultas a bancos de dados oficiais e instrumentos de gestão pública em saúde, como Tabelas SUS, SIGTAP, SIOPS, Painel de Preços do Governo Federal e similares;
- c) Levantamentos mercadológicos locais e regionais, compatíveis com o porte, natureza, complexidade e localização dos serviços objeto deste credenciamento.

12.2. Os preços máximos de referência a serem praticados pelas empresas credenciadas constarão de tabela anexa ao edital, que será parte integrante e obrigatória do procedimento de credenciamento. Esta tabela fixará o limite superior por tipo de procedimento e servirá como:

- a) Parâmetro para aceitação das propostas de credenciamento;
- b) Critério objetivo de controle dos pagamentos e da regularidade contratual;
- c) Instrumento de transparência e isonomia na relação com os prestadores.

12.3. Será vedada a apresentação e a prática de valores superiores aos definidos na tabela de preços referenciais, sob pena de:

- a) Inabilitação ou indeferimento da proposta, se identificada na fase de análise documental;
- b) Descredenciamento da empresa, caso constatada a inobservância após a habilitação;
- c) Suspensão do pagamento e aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente, inclusive com eventual glosa dos valores excedentes.

12.4. Os valores propostos pelas empresas credenciadas deverão ser:

- a) Expressos em moeda corrente nacional (Real – R\$);
- b) Apresentados por procedimento, conforme nomenclatura e codificação constantes do edital;
- c) Mantidos fixos durante a vigência do credenciamento, exceto nas hipóteses legalmente previstas de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos dos arts. 124 a 127 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. A revisão dos preços ofertados pelas empresas somente será admitida mediante solicitação formal, devidamente justificada e instruída com documentos comprobatórios, sujeita à análise técnica e aprovação expressa do CISVAS, com base no equilíbrio contratual e nas condições de mercado.

12.6. O CISVAS poderá, de ofício ou por provocação, realizar a revisão periódica da tabela de preços referenciais, com fundamento em:

- a) Novos levantamentos mercadológicos ou atualização de dados públicos;
- b) Alterações relevantes nos custos setoriais, legislação tributária ou normas regulatórias;
- c) Recomendações técnicas oriundas de auditorias, órgãos de controle ou instâncias colegiadas do Consórcio.

12.7. Toda atualização dos preços referenciais será devidamente motivada, documentada e publicada, assegurando ampla publicidade, isonomia entre os credenciados e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do princípio da economicidade e do interesse público.

12.8. A eventual alteração da tabela de preços referenciais não implicará revisão automática dos valores já pactuados com os credenciados, os quais deverão apresentar nova proposta ajustada, caso queiram aderir aos novos termos, mediante termo aditivo.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01.01.02.10.302.1001.2004.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 30.

14. SIGILO DO CONTRATO

14.1. A CONTRATADA deverá se comprometer a guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou inadequada utilização.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A formalização do credenciamento não gera, por si só, qualquer garantia de contratação imediata ou volume mínimo de demanda, tratando-se de instrumento de habilitação prévia para eventual contratação conforme necessidade e conveniência da Administração.

15.2. A inadimplência da Credenciada/Contratada em relação a quaisquer encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais ou outros decorrentes da execução do contrato não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

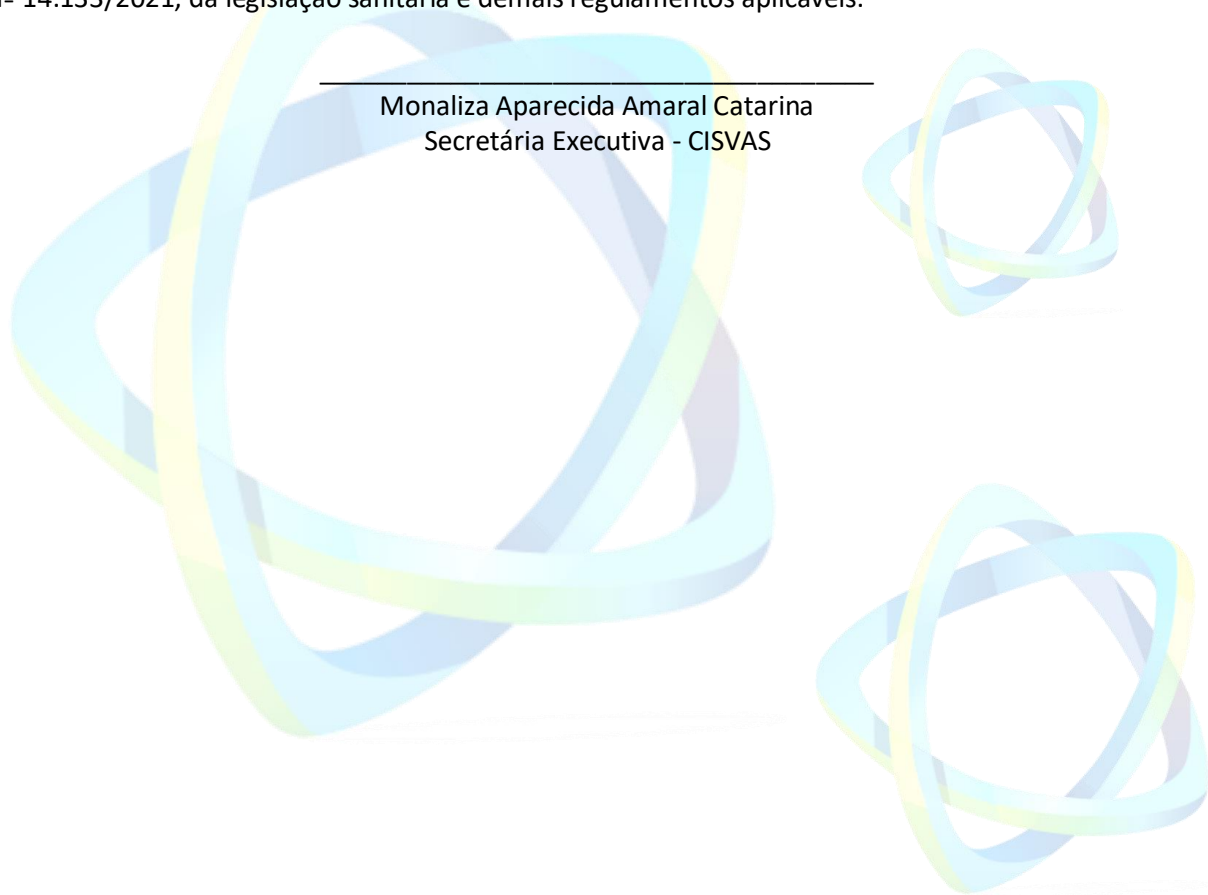
15.2.1. A Credenciada/Contratada, desde já, renuncia expressamente a qualquer pretensão de estabelecer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CISVAS – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí, exceto nos casos em que a Contratante tenha dado causa direta e comprovada ao fato gerador da obrigação.

15.3. Os valores, prazos e quantitativos descritos neste Termo de Referência e em seus anexos representam estimativas de consumo e contratação, servindo apenas como referência para o planejamento da Administração, não vinculando o CISVAS à contratação integral ou fracionada dos serviços estimados.

15.4. As condições, especificações e regras constantes deste Termo de Referência integram o contrato que vier a ser celebrado, produzindo efeitos obrigacionais para todas as partes, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, inclusive no que se refere às sanções administrativas e responsabilidades legais.

15.5. A interpretação e execução deste instrumento deverão respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do interesse público, orientando-se pelas normas da Lei nº 14.133/2021, da legislação sanitária e demais regulamentos aplicáveis.

Monaliza Aparecida Amaral Catarina
Secretária Executiva - CISVAS



ANEXO II - MINUTA DE INSTRUMENTO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº

Pelo Presente instrumento, a, com sede na, na cidade de, CEP, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo(a) seu/sua, senhor(a), portador(a) do CPF nº, doravante denominada CREDENCIANTE/CONTRATANTE, e, a empresa, com sede na, na cidade de, CEP, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo(a) seu/sua, senhor(a), portador(a) do CPF nº, doravante denominada CREDENCIADA/CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Credenciamento nº./2025, Inexigibilidade de Licitação nº./2025, Processo Licitatório nº./2025 e pelas condições que estipulam a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto, conforme quantidade e condições descritas abaixo.

§1º. Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Credenciamento nº./2025, Inexigibilidade de Licitação nº./2025, Processo Licitatório nº./2025, bem como a proposta da Contratada, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

2. DOS VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor estimado deste contrato é de R\$ (.....).

2.2. O Contratante poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3. Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do Contratante ou por acordo entre as partes.

(Tabela dos itens)

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da contratação terá início na data da assinatura do instrumento contratual, vigorando até a data de conclusão do período de credenciamento fixado no edital e aviso de chamamento público.

3.2. A vigência dos instrumentos contratuais celebrados poderá ser prorrogada na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que exista a comprovação de vantajosidade.

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução dos serviços objeto deste contrato terá início imediatamente após a assinatura, mediante o recebimento de Ordem de Serviço formal, expedida por meio do sistema eletrônico de agendamento "PAGE Saúde", sob gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

4.2. A prestação dos serviços será destinada exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, devidamente encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados, sob a coordenação do CISVAS, devendo ser garantida a integralidade do atendimento, conforme solicitação médica e demais especificações constantes no contrato, no edital e em seus anexos.

4.3. Os procedimentos de coleta de material biológico deverão ser realizados, preferencialmente, em unidades próprias da empresa credenciada ou em estabelecimentos parceiros, desde que haja comprovação formal do vínculo por meio de contrato, convênio, termo de cooperação, contrato de comodato ou documento equivalente.

4.4. Em situações excepcionais e devidamente justificadas pela Administração, a coleta poderá ser realizada em instalações disponibilizadas pelas Secretarias de Saúde dos municípios consorciados, desde que haja anuência expressa do CISVAS e comprovação de que o local atende às condições técnicas e sanitárias exigidas pelas normas vigentes.

4.5. A empresa credenciada se compromete a garantir que todos os locais de atendimento, sejam próprios ou vinculados por parceria formal, possuam infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequados à execução dos serviços contratados, observando integralmente as normas da ANVISA, do Ministério da Saúde, e demais exigências legais, especialmente aquelas relativas à biossegurança, vigilância sanitária e acessibilidade.

4.6. O transporte do material biológico coletado para análise laboratorial será de responsabilidade exclusiva da empresa credenciada, observando rigorosamente os seguintes requisitos:

- a) Encaminhamento exclusivo para laboratórios previamente indicados ou autorizados pelo CISVAS;
- b) Garantia de preservação da integridade, viabilidade e rastreabilidade das amostras durante o transporte, conforme normas técnicas e sanitárias aplicáveis;
- c) Utilização de embalagens, recipientes e condições de acondicionamento apropriadas, compatíveis com o tipo de material coletado e os riscos envolvidos, em conformidade com os protocolos de biossegurança;
- d) Adoção de medidas necessárias para cumprimento dos prazos operacionais, evitando perdas, deteriorações ou contaminações;
- e) Responsabilidade integral da empresa por qualquer falha no envio, transporte ou acondicionamento que comprometa a qualidade do material coletado ou a confiabilidade diagnóstica, sujeitando-se às penalidades contratuais.

4.7. O acesso aos serviços ocorrerá mediante apresentação de Guia de Encaminhamento individualizada, emitida pelo CISVAS e/ou pelas Secretarias Municipais de Saúde, devidamente acompanhada do respectivo pedido médico e demais documentos de regulação exigidos.

4.8. O agendamento e controle dos atendimentos serão realizados exclusivamente por meio do sistema “PAGE Saúde”, sendo de responsabilidade da empresa credenciada o acompanhamento diário da plataforma, com vistas à adequada gestão da agenda de procedimentos.

4.8.1. O CISVAS compromete-se a fornecer suporte técnico à credenciada para uso da plataforma “PAGE Saúde”, mediante servidor designado, que prestará orientações, treinamentos e esclarecimentos operacionais, quando necessário.

4.9. Os atendimentos deverão respeitar o cronograma previamente definido pelo CISVAS, em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, exceto nos casos de emergência devidamente autorizados pela Administração.

4.10. A regulação do acesso aos serviços será de competência das Secretarias Municipais de Saúde, com prioridade para casos classificados como urgentes ou que não possam ser atendidos pela rede pública local, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CISVAS.

4.11. Os serviços prestados no âmbito deste contrato destinam-se exclusivamente aos usuários do SUS pertencentes aos seguintes municípios consorciados: Água Boa/MG, Frei Lagonegro/MG, José Raydan/MG, Peçanha/MG, Santa Maria do Suaçuí/MG, São João Evangelista/MG e São Sebastião do Maranhão/MG.

4.12. A empresa credenciada compromete-se a garantir o sigilo, a integridade e a segurança das informações dos usuários atendidos, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando as medidas técnicas e administrativas compatíveis com o grau de sensibilidade dos dados tratados.

4.13. Os serviços poderão ser recusados pela Administração, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nas seguintes hipóteses:

a) Execução em desacordo com as especificações técnicas previstas no edital, no Termo de Referência e neste contrato;

b) Identificação de vícios, falhas técnicas ou não conformidades que comprometam a qualidade, a eficácia ou a segurança do procedimento;

c) Realização de atendimentos sem autorização expressa do CISVAS ou das Secretarias Municipais de Saúde, ou em desrespeito ao fluxo de regulação instituído.

4.14. A inexecução total ou parcial dos serviços, ou o descumprimento de prazos, formas e condições contratuais, poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, no edital de chamamento público e neste instrumento contratual.

4.15. O recebimento definitivo dos serviços, mediante atesto da fiscalização, não exime a empresa da responsabilidade pela qualidade técnica e correção dos procedimentos realizados, devendo esta proceder, às suas expensas, à correção ou reexecução dos serviços considerados inadequados ou inconformes, sempre que necessário.

4.16. Em caso de recusa formal dos serviços, por falha devidamente registrada pelo fiscal do contrato, a empresa deverá promover a reexecução integral dos procedimentos rejeitados, sem qualquer ônus adicional para o CISVAS ou para os entes consorciados, ficando sujeita, ainda, às penalidades cabíveis.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações da Empresa Credenciada

5.1.1. Além das obrigações legais, regulamentares e contratuais, bem como daquelas estabelecidas no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, a empresa credenciada obriga-se a:

5.1.2. Manter, durante toda a vigência contratual, endereço de e-mail institucional exclusivo para comunicação oficial com o CISVAS, por meio do qual serão enviados e recebidos documentos, notificações, aditivos, convocações e demais atos administrativos.

5.1.3. Prestar os serviços em estrita conformidade com as normas técnicas, sanitárias, de biossegurança e demais diretrizes expedidas pela ANVISA, Ministério da Saúde e órgãos reguladores competentes.

5.1.4. Não transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, os serviços objeto do credenciamento, salvo mediante autorização prévia e expressa do CISVAS, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.5. Assumir integralmente os encargos, custos, insumos, riscos e eventuais falhas decorrentes da execução dos serviços.

5.1.6. Cumprir os protocolos operacionais, orientações técnicas e diretrizes administrativas estabelecidos pelo CISVAS e pelas Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados.

5.1.7. Cumprir rigorosamente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, sociais e de segurança do trabalho, isentando a Administração de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

5.1.8. Atender pontualmente os agendamentos realizados por meio do sistema eletrônico oficial, nos locais, datas e horários estabelecidos, assegurando continuidade, resolutividade e eficiência.

- 5.1.9. Adotar conduta ética, respeitosa e humanizada no atendimento aos usuários do SUS e no relacionamento com os representantes do CISVAS.
- 5.1.10. Informar, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos, quaisquer alterações relevantes que impactem a execução contratual, como mudança de endereço, de responsável técnico ou da estrutura operacional.
- 5.1.11. Executar exclusivamente os procedimentos previamente autorizados mediante guia formal emitida pelo CISVAS e/ou pelas Secretarias Municipais de Saúde consorciadas.
- 5.1.12. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de credenciamento.
- 5.1.13. Atender, de forma célere, objetiva e fundamentada, às solicitações de esclarecimentos, informações ou providências formuladas pelo CISVAS.
- 5.1.14. Apresentar, mensalmente, relatório técnico e financeiro detalhado dos atendimentos realizados, contendo: identificação do paciente, exames/procedimentos executados, datas e valores de referência.
- 5.1.15. Comunicar imediatamente qualquer ocorrência que comprometa a normalidade, continuidade ou qualidade dos serviços, indicando as medidas corretivas cabíveis.
- 5.1.16. Apresentar, sempre que solicitado, comprovantes atualizados de regularidade trabalhista, fiscal, previdenciária e social, incluindo comprovantes de pagamento de salários, encargos e tributos.
- 5.1.17. Garantir, por até 30 (trinta) dias após eventual rescisão contratual, a continuidade dos atendimentos de pacientes em tratamento, até sua adequada transferência ou encerramento.
- 5.1.18. Disponibilizar, nos prazos e formatos definidos, relatórios, laudos, documentos e demais informações comprobatórias da execução dos serviços.
- 5.1.19. Responder, civil e administrativamente, por danos causados a terceiros ou à Administração, decorrentes de atos ou omissões dolosos, culposos ou negligentes de seus prepostos, empregados ou representantes.
- 5.1.20. Observar e cumprir as determinações do gestor e do fiscal do contrato, conforme disposto no art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.21. Responder integralmente por vícios, falhas ou prejuízos decorrentes da má execução dos serviços, independentemente da fiscalização exercida pelo CISVAS, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.22. Observar a vedação legal à contratação de cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau de dirigentes da Administração ou fiscais do contrato, conforme art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.23. Assegurar, durante toda a vigência contratual, a manutenção das condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e capacidade econômico-financeira.
- 5.1.24. Observar integralmente o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na legislação trabalhista, vedando o trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, e proibindo o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos.
- 5.1.25. Cumprir as cotas legais relativas à contratação de pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme art. 116 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.26. Comprovar, quando solicitado, o preenchimento das cotas previstas em lei, mediante apresentação de documentos que identifiquem os profissionais contratados.
- 5.1.27. Arcar integralmente com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais decorrentes da execução contratual, nos termos do art. 121, caput, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.28. Reconhecer expressamente que o inadimplemento contratual não transfere à Administração Pública qualquer responsabilidade por obrigações não cumpridas, nos termos do §1º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Obrigações do Contratante (CISVAS)

- 5.2.1. Sem prejuízo das demais previsões legais, o CISVAS obriga-se a:

- 5.2.2. Exercer, quando cabível, as prerrogativas previstas no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2.3. Designar formalmente servidor público responsável pela gestão e fiscalização do contrato, com competência para acompanhar a execução, registrar ocorrências e emitir parecer técnico quanto à conformidade dos serviços.
- 5.2.4. Notificar a empresa credenciada, de forma escrita e motivada, sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais, concedendo prazo razoável para saneamento.
- 5.2.5. Efetuar os pagamentos devidos de forma tempestiva, conforme os prazos e condições estabelecidos em contrato e na legislação aplicável.
- 5.2.6. Aplicar, quando necessário, as penalidades previstas no contrato, no edital e na Lei nº 14.133/2021, em razão da inexecução parcial ou total do ajuste.
- 5.2.7. Atuar com isenção, transparência e imparcialidade em todas as suas deliberações, respondendo às comunicações e requerimentos da credenciada de forma adequada e tempestiva.
- 5.2.8. Emitir o atesto dos serviços executados e parecer conclusivo quanto à conformidade técnica e documental, como condição para liquidação e pagamento.
- 5.2.9. Realizar as retenções tributárias previstas em lei, emitindo os comprovantes correspondentes à empresa credenciada.
- 5.2.10. Promover a avaliação periódica e sistemática da qualidade dos serviços prestados, com base em critérios técnicos e indicadores previamente definidos.
- 5.2.11. Abster-se de interferir na administração interna da empresa credenciada, respeitando sua autonomia quanto à gestão de pessoal, estrutura organizacional e processos internos.
- 5.2.12. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos assumidos pela credenciada com terceiros, nem por danos decorrentes de sua atuação ou omissão na execução dos serviços contratados.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. A execução dos serviços decorrentes do presente credenciamento será acompanhada, monitorada e fiscalizada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS, por meio de servidor(es) formalmente designado(s) para as funções de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2. A fiscalização terá como finalidade assegurar a legalidade, regularidade, qualidade, efetividade e conformidade da prestação dos serviços de coleta de material biológico com as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de Chamamento Público, no contrato de credenciamento e nas demais normas aplicáveis à saúde pública.
- 6.3. O(s) Fiscal(is) do contrato manterão registros sistemáticos e atualizados de todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, tais como: inconformidades técnicas ou sanitárias; falhas no atendimento; descumprimentos de cronograma ou protocolos; notificações e respostas da credenciada; relatórios mensais de execução; demais documentos pertinentes à fiscalização.
- 6.4. Havendo constatação de irregularidades, inexecução parcial ou total, falhas técnicas ou descumprimento de obrigações contratuais, a credenciada será formalmente notificada para apresentar justificativas ou adotar as devidas correções, dentro de prazo razoável fixado pelo CISVAS, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas, especialmente aquelas constantes dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5. O Gestor do Contrato, designado por ato administrativo próprio, atuará de forma integrada ao(s) Fiscal(is), sendo responsável pela gestão gerencial e documental da contratação, competindo-lhe, dentre outras atribuições:
 - a) Analisar a conformidade das notas fiscais e documentos de cobrança;
 - b) Controlar os prazos de vigência e saldo contratual;

- c) Acompanhar a execução orçamentária e financeira;
- d) Manter registros sobre alterações contratuais, reequilíbrios e aditivos;
- e) Consolidar relatórios técnicos e administrativos.

6.6. A atividade de fiscalização, ainda que exercida de forma contínua, ostensiva ou minuciosa, não exime a empresa credenciada da responsabilidade integral pela qualidade e regularidade da execução contratual. A eventual tolerância do CISVAS não configura renúncia a direitos nem excludente de responsabilidade. É vedado à empresa alegar ingerência administrativa como justificativa para descumprimento de suas obrigações.

6.7. O CISVAS poderá, a qualquer tempo e sempre que entender necessário, realizar auditorias técnicas, operacionais, administrativas e contábeis, bem como vistorias in loco nas instalações físicas da credenciada ou de seus parceiros operacionais, com vistas à verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

6.7.1. A empresa credenciada deverá garantir à equipe designada acesso irrestrito a documentos, relatórios, ambientes físicos e sistemas vinculados à execução dos serviços contratados, inclusive fichas de atendimento e registros de coleta.

6.8. O descumprimento, sem justificativa aceita, de determinações emitidas pelo Gestor ou Fiscal do Contrato poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções administrativas, conforme a gravidade da infração: advertência por escrito; aplicação de multa; suspensão temporária do credenciamento; impedimento de contratar com o setor público; rescisão contratual.

6.9. Tais penalidades serão aplicadas observando-se o contraditório, a ampla defesa e os ritos previstos no edital, no contrato e na legislação vigente, especialmente os arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

6.10. O Gestor e o(s) Fiscal(is) do contrato deverão desempenhar suas funções com observância aos princípios constitucionais e legais da Administração Pública, especialmente: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, segregação de funções, rastreabilidade de atos, prevenção de conflitos de interesse.

6.11. Os atos praticados no exercício da gestão e fiscalização do contrato deverão ser devidamente documentados, preferencialmente por meio de sistema informatizado, garantindo transparência e controle administrativo sobre a execução contratual.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento à empresa credenciada será realizado em periodicidade mensal, com base na prestação efetiva e comprovada dos serviços de coleta de material biológico, conforme demanda autorizada pelos entes consorciados e atestada pela fiscalização designada pelo CISVAS.

7.2. A liberação do pagamento estará condicionada à apresentação completa e correta da documentação fiscal e comprobatória, nos seguintes termos:

- a) Nota Fiscal eletrônica (NF-e) ou fatura, emitida em nome do CISVAS, contendo a descrição clara dos serviços prestados no período;
- b) Atesto formal da fiscalização do contrato, confirmando a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à regularidade técnica, quantitativa e qualitativa;
- c) Relatório mensal de produção, conforme modelo padronizado fornecido pelo CISVAS, contendo: identificação dos pacientes atendidos (com dados anonimizados, nos termos da LGPD); data e local da coleta; tipo de procedimento de biópsia associado; município de origem da demanda; indicação da guia de encaminhamento utilizada; assinatura do responsável técnico.

7.3. O prazo para efetivação do pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de protocolo da documentação fiscal correta, completa e regular, desde que precedida do atesto técnico da fiscalização do CISVAS.

7.4. A constatação de pendências na documentação, irregularidades na execução dos serviços, omissões em relatórios ou qualquer desconformidade que impeça o atesto técnico suspenderá automaticamente o prazo de pagamento, o qual somente voltará a correr após a regularização integral por parte da credenciada.

7.5. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de transferência bancária direta, em conta corrente de titularidade da empresa credenciada, vinculada ao CNPJ cadastrado no credenciamento. É vedado o pagamento a contas de terceiros.

7.6. Os valores unitários dos serviços contratados serão aqueles constantes na proposta aceita e homologada no processo de credenciamento, sendo fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato, salvo expressa previsão legal ou contratual de revisão ou repactuação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.6.1. Os valores pactuados incluem todos os custos diretos e indiretos, tais como: encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais; despesas com insumos, transporte, logística e armazenamento; manutenção de estrutura física e equipamentos; remuneração de equipe técnica e administrativa; quaisquer outras despesas incidentes sobre a execução dos serviços.

7.7. Não será devido qualquer valor adicional, a qualquer título, mesmo que decorrente de despesas extraordinárias, salvo mediante autorização formal e prévia do CISVAS, com base em justificativa técnica e previsão contratual.

7.8. Eventual atraso no pagamento, não motivado por pendência da credenciada, poderá ensejar a aplicação de encargos legais de mora, mediante solicitação formal da empresa, devidamente instruída com a concordância do Controle Interno do CISVAS, nos termos da legislação vigente.

7.9. Os pagamentos somente serão autorizados se, no momento da emissão da nota fiscal: a empresa credenciada estiver em situação regular quanto às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e perante os conselhos de classe; mantiver vigentes e válidos todos os documentos de habilitação exigidos no edital e no contrato; e não houver pendência administrativa, técnica ou contratual impeditiva.

7.10. O encaminhamento da documentação fiscal e dos relatórios poderá ser feito de forma:

- a) Eletrônica, por meio do envio para o endereço de e-mail: cisvas.nf@gmail.com;
- b) Ou por outro canal oficial que venha a ser instituído e divulgado pelo CISVAS.

7.11. A critério da Administração, poderão ser implementadas ferramentas eletrônicas de gestão contratual e prestação de contas, com acesso restrito, login individual e protocolo eletrônico, devendo a credenciada se adaptar às plataformas adotadas.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

8.2. 01.01.02.10.302.1001.2004.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 30.

9. DA AMPLIAÇÃO E/OU REDUÇÃO

9.1. É possível efetuar acréscimos e supressões nos quantitativos fixados pelo Contrato, conforme trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí - CISVAS, na entrega do(s) produto(s), ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
 - b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega do(s) produto(s), ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
 - c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
 - d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar o(s) produto(s) e/ou prestar o(s) serviço(s), no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
 - e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar o(s) produto(s) e/ou prestar o(s) serviço(s), no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
 - f) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
 - g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;
- 10.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.
- 10.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 10.4. EXTENSÃO DAS PENALIDADES
- 10.4.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Contratante poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:
- 10.4.1.1. Retardarem a execução do objeto;
 - 10.4.1.2. Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
 - 10.4.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

11. DA RESCISÃO

- 11.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.
- 11.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente ao(s) produto(s) entregue(s) que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

12. DA CESSÃO

- 12.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 13.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital e seus anexos.
- 13.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos

costumes e aos princípios gerais de direito.

12. DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Santa Maria do Suaçuí/MG para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2. Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Santa Maria do Suaçuí/MG, ____ de _____ de 2025.

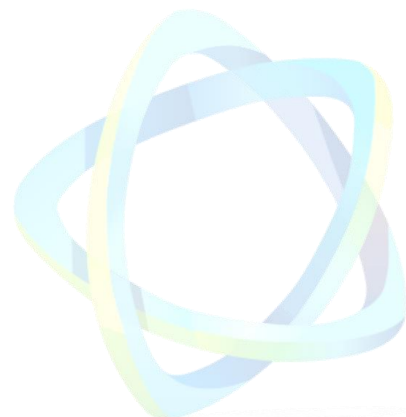
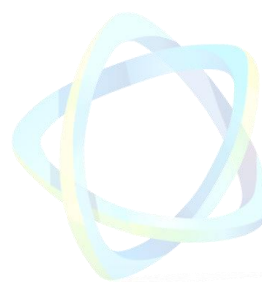
Responsável legal do Contratante

Responsável legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª
CPF:

2ª
CPF:



ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

Pelo presente instrumento particular de procuração, A empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à, por intermédio do seu representante legal, inscrito(a) no CPF sob o nº, portador(a) do RG nº, nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) inscrita no CPF sob o nº, portador do RG nº, a quem confere amplos poderes para representar perante ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS, no Credenciamento Eletrônico nº 0009/2025, e, está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Agente de Contratação, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

Cidade - UF, ... de ... de 2025.

Assinatura do Representante Legal
Nome do Representante Legal
CPF do Representante Legal

Obs.: Esta Procuração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e anexada a Plataforma de Licitação junto aos demais documentos de habilitação (se for o caso).

ANEXO IV - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

DADOS CADASTRAIS
Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone/Celular:
E-mail:
Dados Bancários:
Representante Legal:
CPF:
RG:
Endereço

A empresa _____, conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu CREDENCIAMENTO para prestação de serviços de:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SUS	UNID.	VALOR UNIT.

Cidade - UF, ... de ... de 2025.

Assinatura do Representante Legal
Nome do Representante Legal
CPF do Representante Legal

Obs.: Este termo de solicitação de credenciamento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, e, anexada a Plataforma de Licitação junto aos demais documentos de habilitação.

ANEXO V - MODELO DE FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

A empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à, por intermédio do seu representante legal, inscrita no CPF sob o nº, portador do RG nº, para fins de participação ao Credenciamento nº 0009/2025, apresenta o seguinte formulário de relação dos profissionais:

RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE PRESTARÃO SERVIÇOS DESTE CREDENCIAMENTO

Nome:
CPF:
Nº Registro Conselho de Classe:

Nome:
CPF:
Nº Registro Conselho de Classe:

Nome:
CPF:
Nº Registro Conselho de Classe:

...

Cidade - UF, ... de ... de 2025.

Assinatura do Representante Legal
Nome do Representante Legal
CPF do Representante Legal

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, e, anexada a Plataforma de Licitação junto aos demais documentos de habilitação.

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí – CISVAS.

A empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à, por intermédio do seu representante legal, inscrita no CPF sob o nº, portador do RG nº, para fins de participação ao Credenciamento nº 0009/2025, DECLARA, sob as penas da Lei que:

1. Declara que a empresa acima qualificada cumpre plenamente todos os requisitos para sua habilitação a teor do disposto nos art. 66, 67, 68 e 69 da Lei nº. 14.133/2021.
2. Declara que a empresa acima qualificada, sob pena das sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, está enquadrada com **Microempresa (ME) OU Empresa de Pequeno Porte (EPP)** nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
3. Declara que a empresa acima qualificada não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
4. Declara que a empresa acima qualificada não foi declarada inidônea por qualquer esfera federativa, não estando proibida de licitar ou contratar com a administração pública em razão de sanção que lhe foi imposta;
5. Declara que a empresa acima qualificada não está em cumprimento de pena de suspensão temporária de contratar com a administração pública direta;
6. Declara que a empresa acima qualificada não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
7. Declara que a empresa acima qualificada não possui, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º e §2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
8. Declara que a empresa acima qualificada que a empresa licitante não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
9. Declara que a empresa acima qualificada não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
10. Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
11. Declara que a empresa acima qualificada recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento nº 0009/2025, acatando-as em sua totalidade;
12. Declara que a empresa acima qualificada tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;
13. Declara que a empresa acima qualificada tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;

14. Declara que a empresa acima qualificada concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados na Tabela de Valores prevista no Anexo I – Termo de Referência;

15. Declara que a empresa acima qualificada dispõe ou disporá, quando da convocação, de habilitação profissional e demais equipamentos e materiais apropriados para a prestação dos serviços e que os manterá em condições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis.

Cidade - UF, ... de ... de 2025.

Assinatura do Representante Legal

Nome do Representante Legal

CPF do Representante Legal

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, e, anexada a Plataforma de Licitação junto aos demais documentos de habilitação.